

“#VAITERBRANCODETURBANTESIM”: O DESLOCAMENTO DO LUGAR DE FALA NA DISCUSSÃO SOBRE A APROPRIAÇÃO CULTURAL

CHIARA GOMES COSTANZI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)

chiaragcostanzi@hotmail.com

JULIANA CRISTINA TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)

julianacteixeira@yahoo.com.br

JULIANA SCHNEIDER MESQUITA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)

juuu_schneider@hotmail.com

CAROLINE RODRIGUES SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)

caroline_rodrigues@hotmail.com

“#VAITERBRANCODETURBANTESIM”: O DESLOCAMENTO DO LUGAR DE FALA NA DISCUSSÃO SOBRE A APROPRIAÇÃO CULTURAL

Introdução

No dia 4 de fevereiro de 2017, uma jovem brasileira de 19 anos (aqui com o nome fictício Elisa) relatou em seu perfil no Facebook um fato que ganhou intensa repercussão nas redes sociais e inúmeros debates em grupos de resistência e de sujeitos autoidentificados como brancos ou não negros. A jovem relatou que andava de metrô quando foi abordada por uma jovem negra, que a reprimiu por estar utilizando um turbante, sugerindo que ela o retirasse por ser branca. A jovem então relata ter tirado o turbante para mostrar que o usava por ter tido seus cabelos perdidos em função de um tratamento pelo qual passava contra um câncer, afirmando que ela o usaria se quisesse. O enunciado discursivo da jovem é então finalizado a partir da *hashtag* “#vaitertodosdeturbantesim”. O post provocou uma grande mobilização. De acordo com dados da publicação original coletados em 26 de abril de 2017, ele foi compartilhado 37.942 vezes e visualizado por pessoas de todo o país. A jovem foi convidada para entrevistas em importantes canais da TV aberta e diversos jornais do país noticiaram o ocorrido.

Nos últimos anos, os turbantes têm aparecido cada vez mais em lojas e editoriais de moda. Seu uso tem sido adotado por pessoas das mais diversas origens que nem sempre conhecem o significado inicial do adereço. Esse fato tem sido criticado por representantes dos movimentos sociais de resistência negra por ser feito de forma banalizada, contribuindo para o reforço de um processo de invisibilização da cultura negra no Brasil. Personalidades e marcas como Anitta e *Farm* já foram criticadas nas redes sociais por utilizarem elementos da cultura negra de forma banalizada anteriormente. A discussão suscitada pelos referidos grupos de resistência é a de que as significações conferidas a negros utilizando o turbante são socialmente depreciativas, enquanto a incorporação do turbante pelo mercado da moda, fazendo com que ele seja apresentado, publicizado e utilizado por modelos e mulheres negras é acompanhado de uma ressignificação de valor esteticamente conferido (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017; AMIN; CARREIRO, 2014).

Apesar de ser popularmente conhecido pelo nome de “turbante”, as palavras “Gélé”, “Ojá” e “Torço” são algumas das utilizadas para se referir ao pano que mulheres usam em volta da cabeça em religiões de matriz africana. Além de ser um importante elemento estético, ele pode adquirir significados diferentes dentro do contexto religioso de acordo com seu formato. Vários elementos devem ser considerados na utilização do torço em cerimônias de umbanda. A quantidade de pontas, por exemplo, indica se o orixá é feminino ou masculino (SILVA, 2008).

Seguidamente ao post da jovem, um movimento nas redes significou e disseminou a *hashtag* “#vaiterbrancodeturbantesim”, que difere em significação discursiva da utilizada originalmente por Elisa. Como aprofundaremos na análise dos comentários, a troca de termos e os aspectos ideológicos inerentes aos discursos acabaram por reforçar o mito da democracia racial e por deslocar o lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural. Entendemos, neste artigo, que para compreendermos os relacionamentos construídos pelos indivíduos no novo contexto tecnológico propiciado pelo avanço da Internet e dos meios de comunicação virtuais (mais especificamente as redes sociais) é necessário buscar identificar os significados que são atribuídos às ideologias já identificadas no mundo material.

Estudos dessa natureza se tornam importantes no sentido de propiciar a compreensão da manifestação das desigualdades estruturais também no contexto das redes sociais, oferecendo novas perspectivas para a discussão de problemas sociais. Já que se fala em apropriação do turbante por um mercado de organizações da moda, e os turbantes podem ser

adereços utilizados por pessoas que fazem parte dos mais variados âmbitos organizacionais, consideramos, especificamente em relação ao campo dos estudos organizacionais que, para que as empresas possam de fato desempenhar seu papel legal dentro do princípio de igualdade, se torna necessário um afastamento da concepção neoliberal que privilegia a análise das diferenças entre os indivíduos, buscando a compreensão das diferenças entre os grupos sociais (CONCEIÇÃO, 2011).

Assim, mesmo que as empresas se preocupem em estabelecer práticas de gestão da diversidade, a lente pela qual os brasileiros veem a questão ainda é maculada pela ideia de democracia racial. Se estudos com essa temática não forem aprofundados, pode haver um comprometimento dos avanços de inclusão já obtidos, mas ainda incipientes, a partir de políticas como as de ação afirmativa (CONCEIÇÃO, 2009).

O objetivo deste artigo é **analisar o deslocamento do lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural e suas influências com construções históricas e ideológicas a respeito de raça no Brasil**, permitindo uma reflexão sobre como as organizações devem se pautar em meio a um mercado que privilegia o lucro em detrimento (por exemplo) da contextualização de origens e simbologias culturais.

Partimos da compreensão de que a igualdade em nível da ação individual pode determinar e ser determinada pelo plano estrutural (CONCEIÇÃO, 2011). Uma visão multidisciplinar e contextualizada em relação às particularidades dos aspectos culturais brasileiros (e das relações de poder a eles inerentes) é fundamental para o contexto organizacional brasileiro (HANASHIRO; CARVALHO, 2005). Uma discussão localizada e adequada ao contexto brasileiro também se faz necessária. Embora haja (nesse contexto) significativa importação de modelos de diversidade advindos do contexto norte-americano, trata-se este de um cenário de diferentes lógicas de dinâmicas de relações sociais e raciais (ALVES; GALEÃO-SILVA; 2004).

A questão que visamos responder, portanto, é: **como o deslocamento do lugar de fala sobre a apropriação cultural pode contribuir para o reforço de um processo de invisibilização cultural de grupos socialmente construídos como minorias, e quais são as reflexões para as organizações suscitadas por essa discussão?** O estudo é qualitativo e envolveu a utilização da abordagem teórico-metodológica da AFD (Análise francesa do Discurso), tendo como *corpus* de análise discursos das redes sociais construídos em resposta ao enunciado discursivo tido como ponto de partida e apresentado no início desta Introdução.

O artigo está estruturado por esta Introdução e pelas seguintes seções: relações raciais no contexto brasileiro; lugares discursivos de fala e apropriação cultural; caminhos metodológicos; contexto do surgimento da *hashtag*; silenciamento da discussão racial; ressignificação do turbante; deslocamento do lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural. E, por fim, as considerações finais e as referências bibliográficas.

Relações Raciais no Contexto Brasileiro

O contexto racial do Brasil difere de outros países com passado escravocrata por meio de suas manifestações (NOGUEIRA, 2006). O preconceito racial no Brasil é chamado de preconceito de marca, se contrapondo a noção do preconceito de origem (como no caso dos negros nos Estados Unidos). Para Nogueira:

considera-se como preconceito racial uma disposição [ou atitude] desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. (NOGUEIRA, 2006, p. 262)

Para o mesmo autor, ele é denominado de origem quando é direcionado a indivíduos oriundos de um grupo étnico, e de marca quando surge em reação negativa à aparência dos indivíduos. A importância está no fenótipo, e isso é demonstrado por brincadeiras feitas por

adultos com crianças, atribuindo-lhes parceiros negros quando adultos, assumindo que características negroides seriam determinantes a uma indesejabilidade para o casamento (NOGUEIRA; 2006). Isso pode ser explicado se compreendermos que o padrão de beleza é “construído socialmente, num contexto histórico, cultural e político, e por isso mesmo pode ser ressignificado pelos sujeitos sociais” (GOMES, 2003, p. 75).

Características fenotípicas negras são estigmatizadas e é por isso que movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de identidades¹ racializadas como negras de forma positivada para a conquista da cidadania plena. (MUNANGA, 2004). O reconhecimento da beleza em traços e objetos atribuídos aos negros é uma forma de empoderamento e de resgate ao pertencimento de um grupo social, na medida em que as identidades culturais são uma forma de posicionamento. Segundo França, as identidades são “discursos que dão visibilidade (projetam) traços de caracterização e de unificação, provocam compartilhamento – e por aí também estabelecem tanto os pares quanto os não iguais” (FRANÇA, 2001, p. 4).

Desde o fim do regime escravocrata no Brasil, se acreditava que a universalização das oportunidades de vida seria suficiente para combater o problema de desigualdades entre negros e não negros no Brasil (GUIMARÃES, 2006). Nascia a ideologia da democracia racial, segundo a qual o Brasil é uma nação mestiça, mas culturalmente homogênea. (GUIMARÃES, 2006). Mais adiante foi demonstrado o fracasso dessa hipótese pelo argumento do círculo cumulativo de desigualdades, segundo o qual foi demonstrado estatisticamente que a cor dos indivíduos era o principal determinante da pobreza e sua reprodução (HASENBALG, 2005). De fato, durante a ampliação do mercado de trabalho, os contingentes pretos e pardos foram incorporados a grupos econômica e socialmente desfavorecidos, onde continuam até os dias atuais (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009).

As artes celebravam o ideal de uma suposta democracia racial com base na ideia de uma raça nova e indiferente à cor, que teria surgido a partir da incorporação de outras três: índia, africana e europeia (NOGUEIRA, 2006). Por estar inserida em um contexto social, a noção de cultura brasileira não pode ser excluída desse ideal construído. Afinal, cultura são significados comuns atribuídos por um determinado grupo (GEERTZ, 1973). A noção de uma cultura comum brasileira acabou por mascarar a desigualdades de poder entre grupos sociais ao longo das últimas décadas (WRIGHT, 1998) pois esse novo ideal emergente de raça foi construído como homogêneo partir do silenciamento das vozes de determinados grupos sociais. Como afirma Jackson (2002), na medida em que as diferenças culturais são reconhecidas e absorvidas como parte da cultura nacional, imediatamente ela começa a ser objetificada e mercantilizada.

Nesse sentido, torna-se importante reconhecer as diferenças sociais que permeiam as relações de poder no Brasil para compreender como essa mercantilização da cultura ocorre no Brasil e como se pode intervir nesse processo, que ao fim acaba por reafirmar desigualdades.

Lugares Discursivos de Fala e Apropriação Cultural

Como consequência dos fatores históricos que constroem as particularidades do racismo no Brasil, vários elementos étnicos culturais africanos foram desapropriados e atualmente suas origens são invisibilizadas. Um exemplo são os ritmos que possuem seus primeiros registros de manifestações carnavalescas que eram conhecidas como afoxés. Essas manifestações estavam intimamente ligadas ao culto de orixás, que buscavam manter vivos valores e características africanas. Posteriormente os ritmos entraram para o domínio de compositores populares e passaram a se disseminar nacionalmente com ajuda da grande mídia (IKEDA, 2016). De fato, segundo Ikeda:

muitos dos gêneros musicais já conhecidos e mais disseminados advieram também da vivência das comunidades negras [...] sem que no entanto essas transculturações

tenham implicado, correspondentemente, a inserção social dos negros na sociedade brasileira de maneira plena. (IKEDA, 2016, p. 24)

O debate científico sobre as origens da cultura negra se iniciou na década de 30, buscando responder se o que denominamos cultura negra na contemporaneidade é a sobrevivência da cultura africana ou uma adaptação criativa às contingências e ao racismo. Porém, experiências multiculturalistas como o Brasil e demais países da América Latina acabam por muitas vezes generalizar a cultura africana, sem considerar que as origens dos escravos que foram trazidos ao Brasil eram igualmente heterogêneas (SANSONE, 2003).

O contexto histórico de desapropriação dos elementos culturais dos grupos de negros escravizados não ocorreu sem despertar resistência. Essa resistência pode ser entendida não só como oposição ao que foi imposto, mas também como um mecanismo de afirmação de existências (NASCIMENTO *et. al.*, 2016). Os elementos da cultura ioruba, principalmente aqueles referentes ao culto dos orixás, foram celebrados como símbolo dessa resistência e se transformaram “na bandeira dos que defendiam o valor da pureza africana nas culturas negras do Novo mundo” (SANSONE, 2003, p.97).

Por conta dos movimentos históricos de resistências e buscas por significações positivas das identidades racializadas como negras, a presença de jovens nos movimentos de resistências têm crescido (SANSONE, 2003), o que, se considerarmos atualmente a importância, em termos de repercussão, impacto, viabilidade de mobilização coletiva em vários níveis, e maior acesso a informações acerca tanto de casos de racismo como de casos de resistência e grupos de reflexão sobre debates raciais, permitindo uma divulgação massiva de textos e produções artísticas que problematizam a invisibilização histórica dos negros, das redes sociais, se intensifica.

Um exemplo de movimento histórico que contribuiu para uma ressignificação da resistência – e também de estilo – da estética negra e de acessórios que remontem ao grupo foi o movimento *Black Power*, que tem seu surgimento contextualizado nos anos 60 nos Estados Unidos, e se caracterizou por impulsionar, em um sentido político e identitário, o uso do cabelo natural pelos negros, em um movimento de resistência a uma histórica tentativa de se enquadrar nos padrões estéticos hegemônicos construídos a partir de bases eurocêntricas (HOOKS, 2005). Com essas ressignificações, elementos que há cerca de três décadas atrás poderiam ser negativamente vistos pelos grupos de negros, em função de uma socialização que coloca como hegemônico o mencionado padrão eurocêntrico, são ressignificados como símbolos identitários e, ainda, como produtores de indivíduos que podem ser socialmente caracterizados como estilosos.

Muitos desses elementos já estavam inseridos em um sistema cultural complexo em que o que torna as coisas “africanas” é “parecer africano” ou “soar como africano” (SANSONE, 2003, p.100). Segundo Butler (1998), ocorrem movimentos por meio dos quais a África e os ritos africanos são utilizados para afirmar status. Não é de se estranhar, então, que em um sistema capitalista a denominação de um conjunto de “objetos negros” tenha acabado por transformar a “cultura africana” em mercadoria.

Podemos afirmar que o processo de mercantilização da cultura afro e a ressignificação dos seus objetos se deu em grande parte por meio do carnaval do Rio de Janeiro e das manifestações religiosas da Bahia (SANSONE, 2003). Segundo este autor, a cultura afro-baiana tem passado por um processo de reafricanização. Os espaços públicos e de comunicação em massa são as vitrines de exibição desses objetos que não são acompanhados da carga simbólica que possuíam anteriormente. Grande parte da população negra e mestiça passou a ser idealizada com estereótipos dentro de uma suposta naturalidade, sendo incorporados ao imaginário coletivo brasileiro.

Exemplos desse processo apresentados por Sansone (2003) são as baianas do acarajé. Consideradas símbolos autênticos da cultura afro, há algumas décadas seriam consideradas

perigosas feitiças que ameaçavam a higiene pública. O jeito de andar típico de negros denominado “ginga” também era associado à conduta imprópria, assim como o rebolado, que só foram incorporados na autoimagem nacional após Carmem Miranda ter lhe dado novas cores. Esse talvez seja o maior exemplo de que essa troca simbólica ainda reflete hierarquias coloniais porque a natureza mestiça desses produtos precisa ser aprimorada para se tornar comercial. Bastide (1967) pontua que a prática da cultura negra não era compatível com a ascensão social. Teve que ocorrer uma desvinculação da classe e um novo processo de mercantilização do corpo negro para que a ideia de cultura negra pudesse ser associada com a modernidade (SANSONE, 2003). Para Ikeda (2016), o processo de inclusão desses objetos deveria ser acompanhado de um movimento de inclusão de minorias nos espaços públicos.

Especificamente para a discussão realizada neste artigo, um aspecto associado à discussão aqui apresentada é a dimensão da linguagem. A língua é formada por signos que têm como principal escopo retratar a realidade. Entretanto, esses signos não são capazes de transmitir todo o sentido de um dizer sozinhos. De fato, a materialidade do discurso é a língua (PÊCHEUX, 2008). A busca por elementos extratextuais que contribuam para a formação de sentido é o principal escopo da Análise do Discurso. Além disso, segundo Orlandi (2009), ela se volta para as análises do simbólico cujo significado foi construído para (e por) sujeitos.

Todo ato de fala é considerado um evento histórico no sentido que os valores daquele tempo irão influenciar e ser influenciados pelo discurso. É necessário também que se ressalte que os significados e forças de um enunciado irão variar de acordo com o lugar de fala daquele que o produz. O lugar de fala, para os movimentos negros de resistência, é o reconhecimento do protagonismo do oprimido na sua própria história, ou evitar o silenciamento daqueles que sofrem com a desigualdade na própria pele. Obviamente, não visa restringir a fala de nenhum sujeito, mas criar alianças entre o grupo hegemônico e aquele não hegemônico para a superação dessas desigualdades, colocando no debate vozes que antes eram ignoradas (ALMEIDA, 2016).

Assim, o papel social ocupado pelo enunciante dará força ao seu discurso. Indivíduos que ocupam posições de poder dentro de uma sociedade têm discursos mais fortes que tendem a reproduzir os valores hegemônicos. O nome dado aos valores que norteiam o processo decisório de indivíduos de determinado grupo social é ideologia. Van Dijk (1997) pontua que o acesso a determinados recursos sociais é determinante para o modo como o poder é exercido, pois é a partir desse acesso que o poder se manifestará. A reação dos grupos sociais a esse poder irá legitimá-lo ou não. Dentro de um determinado contexto, um discurso pode provocar diferentes reações, que por si determinarão a manutenção (ou não) da força daquele discurso em determinada sociedade. O discurso é constitutivo, segundo Foucault (1992), portanto se um sujeito é excluído da ação de dizer, ele será marginalizado.

O fato de os negros terem sido submetidos a posições inferiores no estrato social acabou por condicioná-los ao papel de sujeitos passivos nos discursos de outros. Os discursos identitários das camadas dominantes posicionaram os negros brasileiros e as manifestações da cultura afro-brasileira – de forma generalizada – como “outros” (diferentes do “nós” – o padrão estipulado por essas forças dominantes). Essa inacessibilidade à palavra produz um apagamento simbólico que se estende ao campo político pela falta de visibilidade pública (FRANÇA, 2001). Segundo Sodré (2012) é a impossibilidade do acesso à palavra que caracteriza determinado grupo em um lugar de luta denominado minoria (política, não necessariamente quantitativa).

O discurso reproduz a desigualdade racial brasileira na medida em que o sentido é construído por meio do lugar ocupado pelo sujeito discursivo e dos processos ideológicos que são acionados. As escolhas do sujeito são inevitavelmente influenciadas pela ideologia, dentro do conceito de ideologia de Bakhtin, onde todo enunciado ideológico pois expressa um posicionamento social. Para Bakhtin (1979, p.66) “cada palavra se apresenta como uma arena

em miniatura onde se cruzam e lutam valores sociais [...] revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais”. Esse processo é repleto de escolhas, e toda escolha resulta em uma exclusão. Por isso é tão importante analisar aquilo que não foi dito do texto e as pressuposições assumidas.

Fairclough (1995), por sua vez, pontua que por meio dos sentidos implícitos que as ideologias são repassadas e se tornam hegemônicas e naturalizadas. Ou seja, se há a aceitação do dito pelo não dito. Por ser uma prática social, toda palavra está repleta de vozes do outro (BAKHTIN, 1986). É a partir desse conceito que Saussure define aquilo que denomina como depósito linguístico: um saber linguístico que foi modelado pela ação de gerações de falantes.

Uma nova forma de transmitir ideias ocorreu com a mudança do escrever para o digitar. A disseminação das novas tecnologias implicou em uma mudança na forma como a cultura e os valores sociais são transmitidos. Nela “aquilo que o sujeito conhece, sabe, é o que o define, o que constitui o seu ego-imaginário” (DIAS, 2011, p.639). Nesse sentido, a Internet se torna um espaço interessante para se desenvolverem pesquisas, pois nela o sujeito é estimulado a falar de si e da sua visão de mundo. O compartilhamento provoca também o aprendizado inerente à troca de experiências. Logo, a liberdade e velocidade da produção discursiva da Internet provoca uma manifestação e propagação da ideologia racista de formas diferentes daquelas presentes no mundo material, como já discutido.

Caminhos metodológicos

Essa é uma pesquisa qualitativa descritiva, por buscar correlacionar a mudança no lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural que ocorreu a partir de uma publicação na rede social Facebook ao reforço de um processo de invisibilização cultural de negros no Brasil. Posteriormente, a partir desta análise, foram levantadas quais são as reflexões para as organizações suscitadas por essa discussão. O fenômeno foi analisado trabalhando com dados da própria realidade, coletados a partir de comentários no post original da Elisa e de pesquisas pelas duas *hashtags*: “vatertodosdeturbantesim” e “vaterbrancodeturbantesim” no *Twitter*.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, um novo caso de racismo envolvendo o turbante ocorreu e optamos por coletar fragmentos discursivos da vítima na rede para contextualizar alguns elementos que compõem o pano de fundo dessa discussão. Os comentários foram fotografados e seus enunciadores tiveram seus nomes e usuários reais ocultados, atribuindo-lhes nomes fictícios. Os enunciados presentes nas figuras e fragmentos discursivos foram analisados a partir da ótica apresentada pela abordagem teórico-metodológica da AFD, na qual, teoricamente, a língua é a materialidade (PÊCHEUX, 2008) por onde os significados sociais são construídos por e para sujeitos (ORLANDI, 2009).

Os percursos semânticos escolhidos em enunciados discursivos foram analisados, bem como os diálogos empreendidos entre aspectos explícitos, implícitos e silenciados com elementos do processo de invisibilização da cultura negra. Aqueles comentários que representassem diálogos ideológicos similares foram categorizados e dispostos de forma a interagir como conhecimento empírico acerca dos discursos hegemônicos da sociedade (FARIA, 2009; SARAIVA, 2009).

Aos fragmentos discursivos presentes neste artigo foram atribuídos a sigla FD e sua respectiva ordenação. As figuras também foram enumeradas e dispostas na análise de forma a seguir primeiramente uma discussão dos acontecimentos que provocaram o início desse debate nas arenas digitais e posteriormente da análise de três das principais consequências: o silenciamento da discussão racial, a resignificação do turbante e o deslocamento do lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural.

As categorias analíticas foram definidas de acordo com o que foi coletado nos fragmentos discursivos analisados. Ou seja, elas não foram previamente definidas, sendo demarcadas somente diante dos dados coletados na pesquisa, sendo elas: contexto do

surgimento da *hashtag*; silenciamento da discussão racial; ressignificação do turbante; e deslocamento do lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural.

Contexto do surgimento da *hashtag*

Bakhtin (1983), em suas teorias sobre Análise do Discurso, já dizia que a distribuição dos lugares de poder em uma determinada sociedade confere uma diferenciação ao valor e à importância do que se diz. Em uma sociedade que apresenta um racismo estrutural como a brasileira (GUIMARÃES, 2008), o valor conferido a um discurso é diferente, de acordo com o pertencimento a determinadas identidades raciais do enunciante. Isso explica a grande repercussão e sensibilização do caso de Elisa, enquanto outros casos, como o de Tereza – mulher negra, que teve seu turbante arrancado e foi agredida com ofensas racistas e machistas durante uma festa de formatura em Uberlândia – adquirem menos espaço no debate público. A descrição do ocorrido na festa de formatura foi trazida ao debate público também por meio da rede social Facebook no dia vinte e três de abril de 2017 e até a data em que este artigo foi finalizado (dia vinte e seis do mesmo mês e ano) obteve 16.579 compartilhamentos, menos da metade do post de Elisa. Apesar de o número menor de compartilhamentos poder ser justificado por ser um caso mais recente, a repercussão não foi a mesma. Não houve subida de *hashtags* em massa como ocorreu em reação ao post de Elisa, a partir da *hashtag* #vaitertodosdeturbantesim. Tereza, além de ter sofrido uma agressão, somatiza dois aspectos de pertencimento a grupos socialmente construídos como minorias políticas: os negros e as mulheres. Por ser mulher e negra, Tereza sofre em dobro na nossa sociedade sexista e racista (LAGE et. al.; 2016). Tereza, em entrevista ao programa Encontro da TV Globo afirmou que:

Ele veio com muito ódio arrancar o meu turbante. Parecia que estava muito incomodado de eu estar ali. Comecei a discutir com ele que o meu turbante tinha um significado para mim. Ele fez um sinal para os amigos, que vieram e conseguiram arrancá-lo. Eram seis homens. Eles ainda jogaram bebida em mim” (FD01, TEREZA).

O FD01 produzido por Tereza evoca a sensação de incômodo que ela supõe ter provocado nos seus agressores. Esse incômodo – que ela atribui como causa à sua presença – está dialogicamente relacionado com o fato de ela estar em um espaço que é ocupado majoritariamente por não negros. De fato, era uma formatura dos cursos de Engenharia Civil e Ambiental, cursos elitizados, onde a presença de negros ainda é incipiente. Reproduzimos na FD02 aqui um trecho onde Tereza relata os momentos após a agressão.

Meus amigos imediatamente chamaram a segurança (todos negros) que logo entenderam que se tratava de racismo e logo foram tirá-los da festa. Um deles teve a cara de pau de falar ao segurança que não meu agrediu ‘só tirei aquele turbante da cabeça dela’. (FD02, TEREZA).

Segundo Tereza, imediatamente os seguranças perceberam que se tratava de um caso de racismo. Casos onde grupos discriminadores provocam publicamente a humilhação do grupo discriminado tendem a ser condenados no Brasil (SANSONE, 2003), enquanto a reprodução da desigualdade racial de forma contida, não. Os próprios jovens, pela fala reproduzida por Tereza, estão incluídos em um contexto de produção de discursos onde a ideologia racista e machista da sociedade brasileira reina. Nela, o homem branco está em uma posição de poder. Esse lugar diferenciado na organização social é materializado pelo uso do vocábulo “só” (em FD02) na reprodução da fala dos agressores, que implicitamente diminui o significado simbólico do ato de arrancar à força o turbante da cabeça de uma mulher negra. Ao discursivamente se valerem do ato de modo descontextualizado ao significado social do turbante, silenciam toda a problemática historicamente constituída de desigualdade racial. Em termos de condições sociais de produção dos discursos, são sujeitos não negros, socializados numa estrutura onde são privilegiados e onde a discussão sobre desigualdade racial foi abafada pela construção do mito de democracia racial.

No enunciado discursivo de Tereza, a escolha lexical ao se referir aos seguranças como “todos negros” (em FD02) reflete implicitamente as condições sociais de produção de um discurso no qual os negros ocupam posições na esfera do trabalho hierarquicamente inferiores e, por vezes, consideradas subalternas. No caso da atividade operacional de segurança, pesa o exercício de uma ocupação que nem mesmo é considerada uma profissão, por não exigir formação educacional formal, e que é hierarquicamente inferiorizada se considerarmos as classificações problematizadas pela sociologia das profissões. Ademais, incide também sobre a estereotipia do segurança e a necessidade de força física, estereótipo bastante atribuído ao corpo masculino negro, historicamente associado a trabalhos pesados e que exigem força física (BARBOSA, 2003).

A grande repercussão que o caso de Elisa provocou nas redes em comparação ao de Tereza já desperta uma importante reflexão. Quais são os privilégios sociais conferidos à garota que criou a *hashtag* #vaitertodosdeturbantesim? Estudos têm demonstrado que a condição de ser negro ou não no Brasil provoca tratamentos bem diferentes. O racismo no Brasil é considerado estrutural (SILVA; ROSEMBERG, 2008) e por isso apresenta algumas particularidades importantes como consequência do modelo de escravidão adotado e do processo histórico brasileiro que não podem ser ignorados em uma discussão sobre apropriação cultural.

Reproduzimos na FD03o post original de Elisa pelo qual se lançou nas redes Facebook e *Twitter* a *hashtag*#vaitertodosdeturbantesim, que posteriormente foi ressignificada por membros da rede social e tomou a forma de #vaiterbrancodeturbantesim:

Vou contar o que houve ontem, pra entenderem o porquê de eu estar brava com esse lance de apropriação cultural: Eu estava na estação com o turbante toda linda, me sentindo diva. E eu comecei a reparar que tinha bastante mulheres negras, lindas aliás, que tavam me olhando torto, tipo "olha lá a branquinha se apropriando dá nossa cultura", enfim, veio uma falar comigo e dizer que eu não deveria usar turbante porque eu era branca. Tirei o turbante e falei "tá vendo essa careca, isso se chama câncer, então eu uso o que eu quero! Adeus.", Peguei e sai e ela ficou com cara de tacho. E sinceramente, não vejo qual o PROBLEMA dessa nossa sociedade em, meu Deus! #VaiTerTodosDeTurbanteSim Foto dá negra branca mais chave que vocês conhecem, Juro que tentei tirar uma foto decente, mas não deu. Foi mal!" #vaitertodosdeturbantesim (FD03, ELISA)

Identificamos a enunciatória da FD03 como Elisa, que se autorreferencia como não negra a partir da contraposição que estabelece entre o eu [branquinha] e o elas [mulheres negras]. O ethos – ou a construção da imagem de si no discurso (AMOSSY, 2005) de Elisa –é feito pelas expressões “linda” e “diva” no início da descrição do ocorrido, que posteriormente é ameaçada pelo “olhar torto” do outro [mulheres negras] (em FD03). O pathos – ou o a construção discursiva da emoção que o locutor pretende provocar no destinatário – é explícito logo no início do enunciado pela afirmação de que está muito brava com toda a discussão de apropriação cultural.

Um percurso semântico é estruturado ao observarmos, nesta FD03, uma narrativa que primeiro evidencia a presença coletiva de mulheres, ou seja, de um grupo, e que olha para ela de modo “torto”: o de que a mulher que veio explicitamente falar com ela (“uma”) traz um posicionamento que representa o grupo ao qual ela pertence, e que estava ali espacialmente presente. Dessa forma, quando é atacada, Elisa não o foi por apenas uma mulher, mas por mulheres representantes de um movimento negro, o qual simboliza, inclusive, o mencionado “lance de apropriação cultural”, pois são os grupos de resistência negra os que levantaram historicamente a discussão sobre apropriação cultural, já que falam do lugar de pertencentes às práticas culturais historicamente originadas dos grupos negros,

Assim, seguindo a linha temporal dos acontecimentos construídos para narrar o ocorrido no discurso, é interessante observar que antes mesmo de ter sido factualmente abordada pela mulher negra, a postura negativa dessas mulheres em relação a ela, mulher

significada como branca utilizando o turbante, já é evidenciada a partir da escolha lexical “me olhando torto” (FDO3). Para Benveniste “toda enunciação que supõe um locutor e um ouvinte há, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 1974, p. 241). Isso explica a escolha da enunciante por ressaltar o olhar das mulheres negras que estavam na estação. Após a sugestão de que tirasse o turbante, a posição projetada pelo sujeito muda. Elisa posiciona o seu sofrimento com câncer acima de qualquer manifestação de racismo. As palavras de Van Eemeren *et. al.* (1984) ajudam a explicar as estratégias discursivas presentes em FD03 em sua caracterização de refletir

[...] uma atividade verbal e social da razão que visa a aumentar [ou a diminuir] aos olhos do auditório ou do leitor a aceitabilidade de uma posição controversa ao apresentar uma constelação de proposições destinadas a justificar [ou refutar] essa posição diante de um júri racional (VAN EEMEREN *et. al.*, 1984, p. 53).

Muitas vezes as estratégias de persuasão em um discurso ocorrem apoiadas em um raciocínio articulado, que não respeita a lógica em seu sentido puro. O locutor apresenta seu ponto de vista utilizando os recursos que a língua fornece para fazer valer seu argumento. (AMOSSY, 2011). Elisa encerra seu enunciado discursivo revelando um conflito entre lugares de fala ao afirmar que a foto que acompanha a postagem trás a “negra branca mais chave” (em FD03). Esse enunciado provoca uma interdiscursividade na marca de estereotipia [turbante] que ela atribui ao ser negro, embora ela se reconheça branca. É portanto uma manifestação do racismo de marca brasileiro, onde para ser negro, basta parecer negro (SANSONE, 2003).

A gíria “chave” (“gíria do funk e de São Paulo para dizer que algo é estiloso, tem estilo, bonito, top, etc..”) (QUAL É A GIRIA, 2017, n.p.), adicionada ao léxico “negra branca”, é uma construção do ethos no texto que dialoga com o significado estético que o turbante passou a assumir na sociedade de consumo, demonstrando um esvaziamento da discussão racial em um contexto de desapropriação do lugar de fala. Sobre a relação entre os movimentos negros e a sociedade de consumo, nas sub-culturas o status e o valor de determinado elemento pode ser dado de forma diferente da cultura dominante (THORNTON, 1996). Isso explica o valor atribuído à gíria, que é diferente do valor dado às suas origens dentro da cultura dominante.

Vários dos elementos utilizados nos comentários que se seguiram ao post de Elisa ressuscitam ideologias que foram por ela evocadas. As vozes discursivas que ressoaram em diferentes ambientes da rede e incorporaram ao discurso original suas próprias subjetividades, refletem e refratam a questão do racismo brasileiro. Considera-se que o processo discursivo não tem um início por ele sempre se relacionar com algo que foi dito anteriormente. Essa matéria original da qual surgiu já existe no imaginário social e é resgatada a partir do discurso e reformulada segundo as deformações que o enunciante produz (PÊCHEUX, 2008).

A partir do post inicial de Elisa, ocorreram manifestações que apoiaram ou se opuseram às ideologias resgatadas pelo enunciado. Recolhemos aqui comentários feitos por usuários do facebook no post original e algumas repercussões do discurso lançado por ela nas redes Facebook e *Twitter*.

Silenciamento da discussão racial

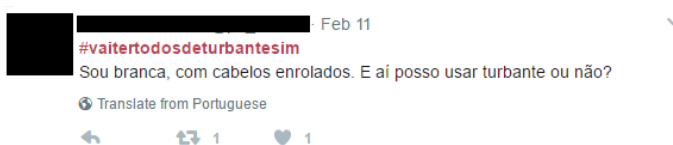


Figura 1: Comentário Pâmela'

Fonte: *Twitter*

Como vimos, devido ao fato de o preconceito no Brasil preponderantemente de marca (NOGUEIRA, 2006), o cabelo crespo era tido como objeto de negação e inserção étnica. A significação inicial teve que ser desvinculada para que o cabelo crespo se tornasse o cabelo

enrolado ao qual Pâmela se refere em seu comentário. É ainda associado ao fenótipo negro (SANSONE, 2003), pressuposto tomado pela enunciante quando propõe que esse seria um argumento que legitimaria o uso do turbante. Além disso, as condições de produção do discurso de Pâmela remetem à ideologia do preconceito de marca por resgatar o ideal do Brasil como um país miscigenado, onde não existe mais uma raça negra após o sucessivo cruzamento com o branco (NOGUEIRA, 2006).

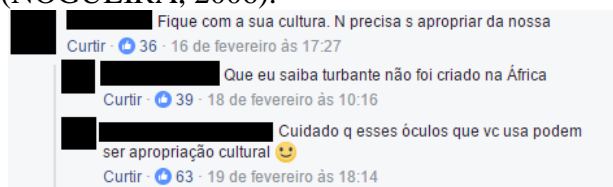


Figura 2: Comentários Ana, Fábio e Jonas

Fonte: Facebook

Quando a sujeita aqui denominada pelo nome fictício Ana produz o comentário da primeira linha da Figura 2 – ao qual se sucedem, respectivamente, as respostas de Fábio e Jonas, se referindo à Elisa, afirmando “[...] sua cultura”, indica um lugar de fala inserido na cultura negra. A esse lugar de fala em que ela se coloca, são direcionados dois enunciados discursivos. O primeiro, produzido por Fábio, alega que o turbante não foi inventado na África, remetendo dialogicamente à tentativa histórica de esvaziar o significado atribuído a objetos de identificação da população negra. Nega as origens simbólicas do turbante nas religiões de matriz africana. Além disso, as figuras evocadas pela palavra “criado” são de origem, ponto de partida, silenciando os significados heterógenos que objetos adquirem em cada cultura e também na subjetividade dos próprios indivíduos que os adotam.

Jonas, por sua vez, silencia vozes que remetem as desigualdades históricas entre negros e não negros ao afirmar que o uso de um óculos, que nem mesmo é um objeto que possui significado cultural, seria apropriação. Seu enunciado promove um silenciamento de que a discussão sobre apropriação só faz sentido por envolver uma repressão histórica a elementos da cultura negra que, para serem incorporados ao imaginário nacional, acabaram por ser, por diversas vezes, ressignificados (SANSONE, 2003).

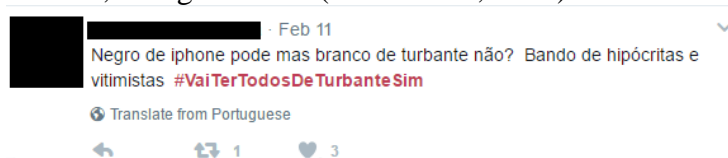


Figura 3: Comentário Camilo

Fonte: Twitter

Ao equiparar a imagem de um negro com iPhone à imagem de uma pessoa não negra de turbante, Camilo remete ao fenômeno do racismo estrutural. Pessoas de pele escura estão inseridas nas camadas mais baixas da sociedade e por isso foram historicamente excluídas do processo de consumo. As práticas culturais negras não foram conciliadas com mobilidade social ascendente (SANSONE, 2003). O iPhone aqui é um símbolo de status, que indica a ascensão social, se tratando de um produto de custo aquisitivo superior.

Porém, ao se referir àqueles que defendem o argumento da existência de apropriação cultural como “hipócritas” e “vitimistas” (na figura 3), o enunciado discursivo se faz valer da ideologia da democracia racial, segundo a qual não existem desigualdades de cunho racial no Brasil, fundamentada na crença em uma igualdade de oportunidades (GUIMARÃES, 2006). Se as desigualdades estruturais não forem problematizadas, as diferenças históricas entre negros e não negros são equiparadas a outras diferenças e têm seu significado social diminuído (SANSONE, 2003). Além disso, o enunciado de Jonas silencia todo o passado escravocrata brasileiro, o qual contribuiu não só para a existência de um racismo estrutural, como de um racismo interpessoal e, também, institucional.

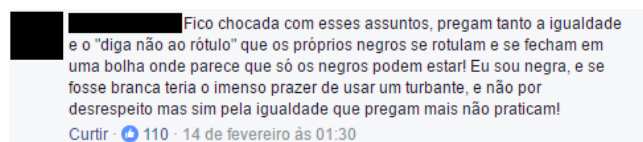


Figura 4: Comentário Jacyara

Fonte: Facebook

Na figura 4 a enunciante utiliza a palavra “negros” para se referir implicitamente ao movimento negro de resistência, dialogando com a ideia transmitida pela publicação de origem do comentário, no qual a mulher que se aproximou para falar com Elisa é pressupostamente assumida como membro do movimento negro (em FD03). Por ser negra, a enunciante assume o lugar de fala a respeito da discussão sobre o turbante. Na última linha, Jacyara afirma que os negros pregam uma igualdade que não praticam. De fato, uma das principais reivindicações do movimento negro é o fim da desigualdade entre negros e não negros. Se analisarmos apropriação cultural, considerando que não exista um contexto de desigualdade no Brasil e que os grupos sociais podem “praticar” a igualdade de condições, ela perde sua conotação negativa e passa a ser apenas um fenômeno como qualquer outro. Porém, essa desigualdade é desconsiderada no fragmento desta Figura 4.

O posicionamento desta enunciante do fragmento da Figura 4 reflete o que já foi comentado no referencial teórico deste estudo a respeito do mito da democracia racial e também evidencia o quanto a discussão sobre apropriação cultural, iniciada pelos movimentos negros de resistência, não tem reverberações num contexto social maior. Assim como as discussões raciais são limitadas no contexto nacional (embora significativamente amplificadas nos últimos anos), o entendimento a respeito de apropriação cultural também o são.



Figura 5: Comentário Inara

Fonte: Facebook

Em termos de contexto social de produção dos discursos, o enunciado de Inara reflete o silenciamento de vozes que demonstram que o preço da valorização dos elementos culturais negros tem sido a negação da sua origem. No *Twitter*, a mesma ideologia se manifestou, como podemos observar pela enunciação contida na Figura 6.

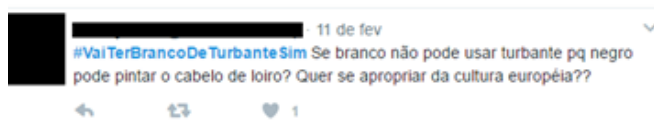


Figura 6: Comentário Daniel

Fonte: *Twitter*

No enunciado da Figura 6, negros e brancos são colocados no mesmo nível discursivo, o que, considerando as pautas reivindicatórias de igualdade, não seria um problema. No entanto, o que se evidencia é uma negação da histórica desigualdade constituída, e ainda reproduzida por diversos mecanismos encontrados no racismo como sistema de opressão. Nesse sentido, o racismo se encontra, no enunciado analisado, na esfera do não-dito, o que o faz se associar aos discursos e ideologias hegemônicas da sociedade. Uma das discussões centrais acerca do uso do turbante se refere ao fato de que ele tende a ser significado de forma distinta quando do uso por brancos, e quando do uso por negros, como já discutido. Nesse sentido, estabelecer uma relação interdiscursiva entre o turbante o cabelo loiro é colocar no

mesmo patamar de análise elementos que não se referem, ambos, a práticas culturais e denotativas de elementos étnicos. O turbante se refere a um uso cultural e étnico de um acessório, enquanto o cabelo loiro remete a uma característica fenotípica mais comumente atribuída aos indivíduos cujas identidades foram racializadas como brancas.

Assim sendo, no fragmento da Figura 6, um objeto cultural identitariamente significado para os grupos negros é relacionado a um elemento fenotípico, o cabelo loiro. A crítica presente neste fragmento reflete um contexto no qual muitas mulheres (aí não somente as negras, como também mulheres brancas de cabelo preto) pintam seus cabelos de loiros. No caso de mulheres negras, ocorre uma associação desta prática a uma resposta a uma socialização na qual a estética europeia é tida como padrão de beleza. No entanto, tal resposta não é contextualizada, o que expressa não só um esvaziamento político da discussão, como também um reflexo da banalização da esfera política do consumo, pois todo um mercado é produzido e sustentado a partir dos movimentos de enquadramentos estéticos. Dessa forma, o fragmento se alia, também, a discursos hegemônicos na sociedade por meio dos quais uma crença em uma economia livre e ideologicamente silencia o quanto o consumo e o mercado são também responsáveis pela manutenção de ciclos de desigualdades (MCROBBIE, 1997).

Ressignificação do turbante e o deslocamento do lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural

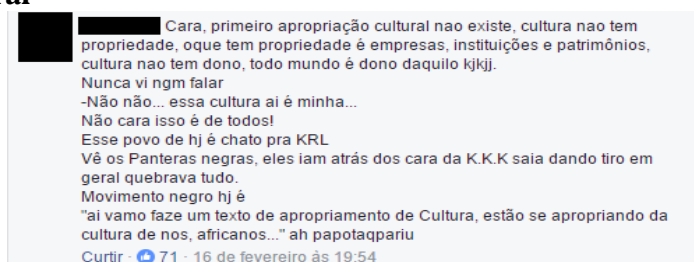


Figura 7: Comentário Mário

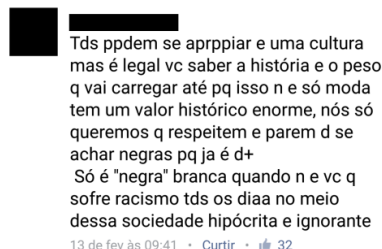
Fonte: Facebook

As escolhas discursivas feitas por Mário na Figura 7, principalmente nas primeiras linhas, quando justifica sua afirmação “apropriação cultural não existe”, dialogam com o entendimento de que cultura seria um bem comum, ao qual todos os membros de uma sociedade teriam acesso. Assim sendo, ela não poderia ser apropriada. Porém, quando se fala em apropriação cultural, não se refere a uma atitude de roubo de alguma coisa que pertence a outra pessoa, mas a um fenômeno sistêmico de ressignificações de elementos culturais de um grupo social marginalizado para que eles finalmente possam integrar aquilo que identificamos como cultura nacional. De fato, bens culturais são unidades de preservação do patrimônio cultural de um país. São objetos, vivências e significados que têm valor para determinado grupo social. Se esse grupo social é minoria política, como no caso dos negros, a descontextualização dos elementos simbólicos de seus objetos culturais contribui para um apagamento simbólico das origens negras. (RODRIQUEZ, 2006)

Mário, na FD da Figura 7, cria uma relação interdiscursiva entre o comportamento anterior de um movimento negro intitulado Panteras Negras (SEALE, 1991), atribuindo a este movimento um comportamento mais ligado a atos de violência (“Ve os pantera negra, eles iam atrás do cara da K.K.K e saia dando tiro em geral quebrava tudo”), e o comportamento do que ele significa como sendo o comportamento do movimento negro atualmente (Ai vamos fazer um texto sobre apropriação de cultura... estão se apropriando da cultura de nós africanos”). Ao fazê-lo, traz um sentido implícito de jocosidade, tornando caricatos tanto os movimentos anteriores, quanto os atuais.

A interdiscursividade entre as caricaturas discursivamente produzidas, ao mesmo tempo em que reflete um contexto de significativa relevância atual de movimentos ditos mais

pacíficos e ligados não só à produção acadêmica como a uma maior disseminação de textos reflexivos divulgados e disseminados em plataformas online e redes sociais, refrata e generaliza de modo jocoso o movimento que, a propósito, não é singular, mas plural, havendo várias vertentes, esferas e práticas de movimentos de resistência negra. Além disso, seu enunciado traz um pressuposto implícito subentendido de que a violência poderia demonstrar mais atividade característica a movimentos sociais.



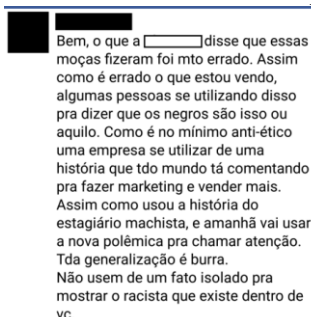
Tds ppdem se aprppiar e uma cultura mas é legal vc saber a história e o peso q vai carregar até pq isso n e só moda tem um valor histórico enorme, nós só queremos q respeitem e parem d se achar negras pq ja é d+
Só é "negra" branca quando n e vc q sofre racismo tds os diaa no meio dessa sociedade hipócrita e ignorante

13 de fev às 09:41 · Curtir · 32

Figura 8: Comentário Rosa

Fonte: Facebook

Houve também enunciados com posicionamentos contrários aos das ideologias dominantes, demonstrando entendimento a respeito da discussão sobre apropriação cultural, o que ocorre no FD da Figura 8. O enunciado discursivo trazido por Rosa critica o esvaziamento simbólico do valor histórico do turbante. Ao evocar a figura discursiva do respeito, dialogicamente se refere à negação das origens religiosas do turbante em outros enunciados e intertextualmente ao termo “negra branca” (em FD03) utilizado por Elisa ao construir seu *ethos*. Sobre essa construção, ela identifica um exagero, uma vez que o que caracteriza uma pessoa como negra não é o uso de turbante, mas sim ser estigmatizada e sofrer atitudes desfavoráveis por suas características fenotípicas (SANSONE, 2003).



Bem, o que a [] disse que essas moças fizeram foi mto errado. Assim como é errado o que estou vendo, algumas pessoas se utilizando disso pra dizer que os negros são isso ou aquilo. Como é no mínimo anti-ético uma empresa se utilizar de uma história que tdo mundo tá comentando pra fazer marketing e vender mais. Assim como usou a história do estagiário machista, e amanhã vai usar a nova polêmica pra chamar atenção. Tda generalização é burra. Não usem de um fato isolado pra mostrar o racista que existe dentro de vc.

Figura 9: Comentário Vanessa

Fonte: Facebook

O enunciado discursivo trazido por Vanessa (na figura 9) dialoga com o da Figura 8, pois critica implicitamente o esvaziamento simbólico que ocorreu nas redes sociais do significado cultural que o turbante possui para religiões de matriz africana e para o movimento negro. Critica também, explicitamente, as generalizações sobre negros que ocorreram a partir do enunciado discursivo de Elisa(FD03), com a projeção da mulher que veio lhe sugerir de tirar o turbante como representante de um grupo maior. Segundo a enunciante, essas generalizações estão mostrando o racismo que existe na sociedade brasileira. De fato, Bakhtin (1977) diz:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam; trava uma polêmica com elas; conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as etc. (BAKHTIN, 1977, p. 105).

O enunciado discursivo de Daniel, na Figura 6, deixa explícito, logo no início, a mudança no lugar de fala que a discussão sobre apropriação cultural vivenciou nas redes com a utilização de uma variação da *hashtag* original lançada por Elisa: de #vaitertodosdeturbante, ela passa a ser #vaiterbrancodeturbante. Antes, a palavra “todos” incluía os negros, que eram participantes no processo de geração do novo significado que o turbante assumia mas, a partir

desse momento, sua presença é excluída. Pois a interdiscursividade criada de modo opositivo entre negros que querem definir quem pode usar e brancos que querem se colocar no direito de usar é evidenciada. A nova hashtag é, justamente, um símbolo da ressignificação que o turbante está assumindo em sua apropriação pela sociedade de consumo. Ele passa por um processo de refinamento, como ocorreu com tantos outros objetos que *a priori* tiveram origem na cultura negra do Brasil.

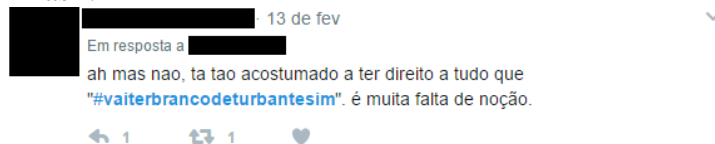


Figura 10: Comentário Fabiana
Fonte: *Twitter*

Se considerarmos as contribuições de Orlandi (2006), a nossa busca aqui não consiste apenas em trabalhar a “historicidade refletida no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (ORLANDI, 2006, p. 23). Por isso, o enunciado trazido por Elisa provocou mudanças significativas na discussão sobre apropriação cultural. Ele foi capaz de produzir um novo sentido para a discussão.

A problematização desse deslocamento do sujeito também foi feita nas redes, como demonstrado pelo enunciado discursivo de Fabiana na Figura 10. Quando ela resgata a noção dos privilégios conferidos a indivíduos não negros na sociedade brasileira, problematiza também a falta de reconhecimento do próprio lugar de fala por esses indivíduos no debate que se desenrolou. Quando falamos em reconhecer o próprio lugar de fala, não se trata de restringir o debate a grupos auto identificados como negros, mas de compreender que as condições históricas de acesso à palavra que esses grupos sociais tiveram não é a mesma; e que quando indivíduos não negros se tornam protagonistas no debate sobre apropriação cultural, acabam por reproduzir as relações de poder que condicionam a desigualdade racial.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos responder à seguinte pergunta: como o deslocamento do lugar de fala sobre a apropriação cultural pode contribuir para o reforço de um processo de invisibilização cultural de grupos socialmente construídos como minorias, e quais são as reflexões para as organizações suscitadas por essa discussão? Analisamos que tal discussão não pode ser destituída do seu contexto de produção, pois no Brasil a exaltação da cultura afro-brasileira não é acompanhada de um movimento concomitante de inclusão (IKEDA, 2011). O mito da democracia racial, fundamentado na Introdução deste artigo, é a peça chave para a compreensão da apropriação cultural no Brasil. Não é possível discuti-la sem cruzar com as manifestações de racismo, afinal, ela é uma das faces em que ele se manifesta.

Ressignificar objetos para que eles possam ser inseridos a uma ideia generalizante de identidade nacional é negar aspectos constitutivos e determinantes para a formação e aspectos identitários brasileiros, contexto no qual, apesar de a população negra ser minoria política, é quantitativamente maioria. Na seção intitulada “deslocamento do lugar de fala na discussão sobre apropriação cultural”, observamos que a principal consequência da *hashtag* lançada por Elisa, posteriormente modificada, simbolizando o deslocamento do sujeito, foi o silenciamento do aspecto racial no discurso sobre apropriação cultural.

A partir do deslocamento do sujeito do discurso de negros para não negros, se silenciam as vozes que dialogam com a questão racial, uma vez que o lugar de fala daquele que emite o enunciado discursivo muda para uma posição privilegiada, que não experimenta as mazelas do racismo. Esse silenciamento constitui-se numa forma de argumentação por vezes inconsciente, porém, o discurso de apropriação racialmente esvaziado, porque inserido num contexto social em que pouco se viu debates raciais mais amplos e explícitos, impede

cada vez mais que a desigualdade de oportunidades de vida entre brasileiros negros e não negros seja combatida como a questão de bem estar público que é.

Estudos como esse são importantes no campo dos estudos organizacionais porque as empresas se inserem em um contexto social, e por isso acabam reproduzindo preconceitos raciais e formas semelhantes. Compreender a complexidade da problemática racial no Brasil é imprescindível para que sejam executadas ações (tanto no nível estrutural quanto no individual) cada vez mais efetivas no combate das desigualdades estruturais. Nesse sentido, o setor privado possui a responsabilidade ética de promover a igualdade, assim como o setor público, por possuírem a capacidade de se tornar atores na mudança de valores construídos socialmente, ao invés de apenas os reproduzirem. Além disso, pensando num âmbito organizacional mais abrangente, são as organizações as responsáveis por produzir, divulgar e esvaziar a discussão sobre apropriação cultural, criando ideais estéticos para os sujeitos com seus discursos gerencialistas.

Limitações do trabalho envolvem o aspecto de que a análise dos comentários de uma publicação em uma rede social, por mais que represente uma amostra, não consegue suportar todos os desdobramentos do processo de apropriação cultural no Brasil. É necessário que novos estudos sejam realizados para que, além de serem agentes do processo de exclusão das minorias, as organizações se tornem parte ativa da solução desse problema social.

Referências bibliográficas

- ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. A. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE**, v.44, n.3, p. 20-29, 2004
- AMIN, J.; CARREIRO, T. **Farm representa Iemanjá com modelo branca**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/farm-representa-iemanja.cVqjIJ8>>. Acesso em 2 mai. 2017.
- AMOSSY, R. Argumentation et Analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. **Argumentation et Analyse Du Discours**. Tel-Aviv, n. 1, 2008.
- BARBOSA, M. L. O. Ensaio bibliográfico: as profissões no Brasil e sua sociologia. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003.
- BARRETO, P. J. P.; RIOS, R. Sorria, você está sendo filmado: poder e identidade na sociedade pós-moderna da vigilância. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2012, Recife. **Anais...** Recife: Intercom, 2012.
- BASTIDE, R. **Les Ameriques Noires**. Ed. Payot. Paris, 1967.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo. Hucitec, 1979.
- BUTLER, K. **Freedom Given, Freedom Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.
- BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1974.
- CONCEIÇÃO, E. B. Gestão da Diversidade: existe diálogo entre literaturas brasileiras e internacional? In: EnANPAD. **Anais...**, Rio de Janeiro, set. 2011.
- CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: EnANPAD, **Anais...** SP, set. 2009.
- DIAS, C. Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo. **Escritos**. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, n.10, 2011.
- EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R. **Speech Acts in Argumentative Discussions**. Dordrecht: Foris, 1984.
- CORDEIRO, T. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thaaune/posts/1929800557240170>>. Acesso em 2 mai. 2017.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse as Social Change**. 3ed. Cambridge: Polity Press, 1995.
- FARIA, A. A. M. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI *et. al.* (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, p. 45-52, 2009.

FIGUEIREDO, A.; GROSFUGUEL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo. **Sociedade e Cultura**. v.12, Goiânia, 2010.

FOLHA. **Anitta muda o visual e é acusada de apropriação cultural**. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2017/02/anitta.shtml>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 295p.

FRANÇA, V. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Intexto**, v. 2, 2001.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, 2006.

HANASHIRO, D. M. M.; CARVALHO, S. G. Diversidade cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. **Revista Eletrônica de Administração**. v. 11, n. 5, 2005.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. BH: UFMG; 2005.

HOOKS, B. Alisando o nosso cabelo. **Rev. Gazeta de Cuba**, Havana, jan-fev. 2005.

IKEDA, A. T. O ijexá no Brasil: rítmica dos deuses do terreiro. **Revista USP**, n.111, 2016.

LAGE, M. L. C.; SOUZA, E. M. Da cabeça aos pés: racismo e sexismo no ambiente organizacional. IV CBEO. **Anais...** Porto Alegre, 19-21 out. 2016.

MCROBBIE, A. Feminism, Fashion and Consumption. **Feminist Review**. n.55, v.1, 1998

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, M. C. R. *et. al.* Práticas de Segregação e Resistência nas Organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de BH. **RAM**, v. 17, n.1, p. 55-81, 2016.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Pontes, Campinas, 2009.

ORLANDI, E. P. Análise do Discurso. In.: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Pontes, Campinas, 2008.

QUAL É A GÍRIA. Disponível em: <<http://www.qualeagiria.com.br/buscar/?query=chave>> Acesso em 15 de junho de 2017.

RODRIGUEZ, J. Color-Blind Ideology and the Cultural Appropriation of Hip-Hop. **Journal of Contemporary Ethnography**. v.35, n.6, 2006.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade**. Salvador, Edufba, Ed. Pallas, 2003.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – CEPEAD, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

SEALE, B. Seize the time: the story of the Black Panther party. **Black Classic Press**, 1991.

SILVA, V. G. Arte religiosa afro brasileira. **Debates do Ner**, n. 13, p. 97-113, 2008.

SODRÉ, M. Communication: a field in theoretical trouble. **Matrizes**, n. 2, 2012.

TONANTZIN, D. **Entrevista ao programa Encontro da Rede Globo**. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/dandara-turbante.ghtml>>. Acesso em 2 mai. 2017.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **O&S**, v. 22, n. 72, mar. 2015.

THORNTON, S. Music, media and subcultural capital. **Wesleyan University Press**, 1996.

VAN DIJK, T. A. **Discourse as interaction in society**. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as social interaction**. London: Sage, p. 1-37, 1997.

WRIGHT, S. The politicization of ‘culture’. **Anthropology Today**, v. 14, n. 1, Fev, 1988.

ⁱ Entendendo como a identificação do indivíduo enquanto sujeito não por meio da sua identidade psicológica mas de um reconhecimento com alguma identidade social dentro de uma construção histórica e social de identidades (BARRETO; RIOS, 2012). Nesse sentido, o indivíduo se torna sujeito, de acordo com Foucault (1992), a partir do momento em que ele se identifica e se liga a determinadas identidades socialmente construídas, as identificando como suas.